



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 240ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Defesa civil. Florianópolis. COES. Modalidade à distância.

DATA: 06 de agosto de 2020

HORÁRIO: 13h

Membros da CIB, Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Aldo Neto (Secretário Adjunto), Ramon Tartari (SUR), Carmem Delziovo (SUG), Lourdes de Costa Remor (CIB), Ella Bereanhauser (GECO), Finta Uba – (GEPRO), Marcus Aurélio Guckert – (GEARS), Andre de Bastiane Lancini (SUR).

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Alexandre Fagundes (Cunha Porã), Manuel Del Olmo (São Bento do Sul), Maristela Bisognin Santi Rocha (Chapecó), Jean Rodrigues (Joinville), Daisson Trevisol (Tubarão), Carlos Alberto Justo (Florianópolis), Kamile Sartori Beal (Capinzal), Márcia Cansian (Botuverá), Acélio Casagrande (Criciúma), Jean Rodrigues (Joinville),

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Atas 239ª reunião ordinária da CIB de 25 de junho de 2020.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 240ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, coordenada pelo Presidente do Cosems e Coordenador da CIB/Cosems, Alexandre Fagundes, teve início às 13h. Alexandre Fagundes dá as boas vindas a todos e deseja uma tarde produtiva e uma ótima reunião. Cita a presença de Maria Regina de Souza Soar, representando a FECAM, presente no Chat. Coordenou pela SES, Aldo Neto, Secretário Adjunto de Estado da Saúde que dá as boas vindas a todos e lembra que o foco é a população catarinense.

1 DELIBERAÇÕES

2 A) PACTUAÇÃO DOS INDICADORES INTERFEDERATIVOS

3 Carmem Delziovo, Superintendente de Planejamento da SES, apresenta os
4 indicadores. Informa que os mesmos já foram apresentados na Câmara Técnica
5 em 30 de julho e que os apontamentos feitos foram a respeito de 03 indicadores
6 que estavam abaixo da meta já alcançada em Santa Catarina. Um dos
7 indicadores refere-se amostra de água para o consumo humano, outro à
8 cobertura do Programa Saúde da Família e o Matriciamento utilizados para os
9 CAPS. Esses indicadores foram ajustados conforme a sugestão da Secretária
10 Municipal de Saúde de Botuverá, Márcia Cansian. Todos concordaram. Márcia
11 agradece pelo retorno da SES e reforça que nunca se pactue meta menor do
12 que já foi alcançada pelo estado. Com relação à programação das ações para



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

13 ao alcance das metas, também pontuada na reunião da Câmara Técnica,
14 Carmen Delziovo coloca que as ações já estão no Plano Estadual de Saúde.
15 Márcia Cansian sugere que as ações previstas para o alcance das metas dos
16 indicadores sejam efetivamente monitoradas. Aprovados os Indicadores
17 Interfederativos pactuados **por consenso**.

18

19 **B) PROPOSTA DO CUSTEIO DE LEITOS DE UTI COVID19 (ENQUANTO NÃO FOREM**
20 **HABILITADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE)**

21 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, tece algumas
22 considerações sobre a proposta de pagamento de custeio dos leitos de UTI
23 Covid, implantados e ativados, do período da abertura dos leitos até a efetiva
24 habilitação desses leitos pelo Ministério da Saúde. Cita que é um assunto de
25 extrema importância. Faz uma previsão de que até setembro de 2020 será o
26 período mais crítico para o enfrentamento da Covid em SC e que necessitarão
27 de mais de leitos de UTI para esse período. Embora, SC tenha sido o estado
28 que mais habilitou leitos de UTI nessa pandemia. Com a situação crítica, Ramon
29 Tartari refere que não tem como esperar a habilitação no MS do leito já aberto,
30 necessitando de uso. Nesse sentido, a proposta seria que os gestores
31 custeariam esses leitos, antecipando o pagamento desses leitos até à
32 habilitação, ou seja, o gestor estadual custearia os leitos sob sua gestão e os
33 gestores municipais, custeariam os leitos dos hospitais que estão sob sua
34 gestão, nesse espaço de tempo entre a abertura do leito e a respectiva
35 habilitação pelo Ministério da Saúde. Informa que o Ministério da Saúde estava
36 habilitando num período de até 03 semanas após a solicitação. Cita que seria
37 um incentivo temporário. Cita ainda que, como o estado, os municípios também
38 receberam recursos para o enfrentamento da Covid e que os municípios
39 poderiam utilizar desses recursos para o pagamento dessas diárias de UTI
40 nesse período citado, pois podem destinar parte desse recurso recebido pelo
41 Ministério da Saúde para atenção hospitalar. Ramon Tartari informa que o
42 boletim do MS traz repasse de recurso para os Municípios de: Joinville,
43 Blumenau, Itajaí, Criciúma, Florianópolis e Chapecó e que parte desse recurso
44 pode ser destinada à atenção hospitalar para que o prestador possa
45 disponibilizar o leito para a central de regulação para o uso em paciente Covid.
46 Ramon Tartari cita que houve um questionamento sobre a revogação da
47 Deliberação 429/2010, retificada em 2012, em que consta o pagamento
48 administrativo de leitos de UTI pelo estado enquanto o leito não fosse habilitado
49 pelo MS. Ramon Tartari cita que aquela Deliberação foi feita em outras
50 circunstâncias, em outro contexto e, que os municípios não recebiam recursos
51 para tal. Ramon Tartari ressalta que os municípios poderiam estender a mão
52 para o enfrentamento da Covid em SC. Ramon lembra que na Câmara Técnica
53 foi acordada a proposta apresentada com a inclusão de um item para o encontro
54 de constas desse recurso pago nesse período que vai da solicitação até a
55 habilitação do leito. A proposta apresentada na Câmara Técnica está sendo
56 apresentada com a inclusão do item sugerido naquela reunião. Aldo Neto,
57 Secretário Adjunto de Estado da Saúde, refere que é uma estratégia temporária,
58 enquanto vigora essa necessidade da pandemia. Márcia Cansian, Secretária
59 Municipal de Saúde de Botuverá, ressalta sim que o assunto foi discutido na



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

60 Câmara Técnica e que muitos municípios não participam dessa Câmara
61 Técnica. Com relação ao recebimento de recurso Covid do Ministério da Saúde
62 pelos municípios, lembra que o estado também recebeu e é importante também
63 fazer essa análise. Por muito tempo vem acontecendo de os municípios
64 bancarem muitas ações que seriam de responsabilidade do estado. E, talvez, o
65 estado não saiba o tanto de recurso já investido nos municípios durante essa
66 pandemia, de equipamentos adquiridos pelos municípios para auxiliar os
67 hospitais (camas, bombas de infusão e outros). Márcia Cansian cita que é
68 unânime entre os municípios a impossibilidade de assumir esse gasto com os
69 leitos, até por não saberem o quanto de tempo terão que custear esses leitos.
70 Márcia Cansian questiona qual o movimento que a SES está fazendo junto ao
71 Ministério da Saúde para agilizar essas habilitações. O Ministério da Saúde não
72 terá pressa se souber que o estado e ou municípios estiverem bancando o custo
73 desses leitos ainda não habilitados. Maristela Bisognin Santi Rocha, Secretária
74 Municipal de Saúde de Chapecó, com relação aos recursos recebidos
75 apresentados pelo Superintendente de Regulação da SES, esclarece que muitos
76 daqueles recursos já são destinados aos leitos já habilitados, exclusivos para o
77 hospital. Cita que, nessas condições de insegurança quanto ao prazo, será difícil
78 os municípios assumirem esse custeio. Manuel Del Olmo, Secretário Municipal
79 de Saúde de São Bento do Sul, informa que está pagando 03 leitos de UTI ainda
80 não habilitados, pois recebeu equipamentos do estado e o prestador entrou na
81 parceria com pessoal e outros insumos. Cita que o contrato é por 90 dias, sendo
82 que será avaliado de 30 em 30 dias. Mas se preocupa que esse temporário pode
83 transformar-se em permanente. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de
84 Saúde de Florianópolis, cita que o recurso recebido do Ministério da Saúde é
85 para custeio Covid e que Florianópolis já gastou mais do que recebeu do
86 Ministério da Saúde. Cita ainda, que está pagando adiantados, leitos de UTI
87 abertos no Hospital de Caridade. Mas, Florianópolis entende que muitos
88 municípios não têm condições de assumir esse gasto. Pensa que a SES deveria
89 assumir esses leitos. O Secretário Municipal de Joinville, Jean Rodrigues,
90 informa que já está comprando leitos em Joinville e estão pagando e refere que
91 não assumirá mais esse ônus. E que se não há consenso, não tem mais o que
92 discutir. Aldo Neto, Secretário Adjunto de Estado da Saúde coloca a
93 preocupação com o leito pronto a ser ativado e não habilitado, mas reconhece o
94 **NÃO CONSENSO** pelo custeio dos leitos.

95

96 **C) PROPOSTA DA UTILIZAÇÃO E REMANEJAMENTO DA SOBRA DO RECURSO**
97 **PROGRAMADO PARA AS CIRURGIAS ELETIVAS EM 2020**

98 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, coloca com relação a
99 esse item, que ainda há valores pendentes a serem consensuados e, portanto, a
100 SES prefere pactuar na próxima reunião de CIB. Márcia Cansian, Secretária
101 Municipal de Botuverá, questiona se há algum item específico da sobra do
102 recurso da cirurgia eletiva não consensuado ou trata-se do bloco todo dos
103 recursos a serem remanejados. Aldo Neto, Secretário Adjunto de Estado da
104 Saúde, sugere que o assunto fique para a próxima reunião de CIB. O Presidente
105 do Cosems e Coordenador da CIB/cosems, Alexandre Fagundes, solicita ao
106 Secretário Adjunto de Estado da Saúde Aldo Neto, que leve o assunto ao



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

107 Secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro, que o Cosems fica numa
108 situação difícil. Alexandre Fagundes cita que por conta da pandemia, houve uma
109 queda substantiva na produção das cirurgias eletivas, sendo que o gasto mensal
110 está em torno de R\$ 2.000.000,00 enquanto o programado está em torno de R\$
111 6.000.000,00. Alexandre Fagundes refere que os dois entes federados ficam
112 discutindo quem paga a conta enquanto o recurso fica parado. Solicita que o
113 Secretário Adjunto leve essa preocupação ao Secretário de Estado da Saúde
114 para que se consiga encaminhar esse assunto na próxima reunião da CIB. Cita
115 que entende que o recurso da oftalmologia e do anátomo/coleta, recursos ainda
116 não consensuados entre a SES e o Cosems, que esses recursos pertencem aos
117 municípios, sendo que esses recursos estavam programados nos municípios e
118 saíram para compor o teto da Campanha de Cirurgias Eletivas. Cita ainda, que
119 representa os 295 municípios, não lhe sendo permitido pactuar de maneira
120 individual, sem aprovação dos 295 municípios. Carlos Alberto Justo, Secretário
121 Municipal de Saúde de Florianópolis, refere que, se há itens não consensuados
122 nesse assunto, aqui é o fórum correto para se discutir e deveríamos discutir
123 essas divergências de valores para se tentar chegar a um consenso. O
124 Secretário Adjunto de Estado da Saúde, Aldo Neto, coloca que há divergências
125 no remanejamento dos valores das sobras dos recursos das cirurgias eletivas
126 não realizadas. Mas, acredita que se chegará a um consenso. Carlos Alberto
127 Justo menciona ainda, que entende que haja pontos divergentes nesse item de
128 pauta, mas cita que entende também, que poderiam ser discutidos nesse
129 momento dessa reunião. Por fim, Aldo Neto sugere que se leve para pactuar na
130 próxima CIB com uma discussão prévia na Câmara Técnica. Não houve
131 discussão nesse item, ficando para ser submetido novamente à Câmara
132 Técnica.

133

134 **D) HABILITAÇÕES: APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM (EXIGÊNCIA DO**
135 **MS).**

136 A CIB APROVOU a. Habilitação/cadastramento em Alta Complexidade em
137 Nefrologia da Hemoser Clínica de Hemodiálise, localizada no Município de
138 Luzerna; Habilitação/cadastramento do Hospital Universitário Santa Terezinha
139 de Joaçaba como Unidade de Assistência em Alta Complexidade em Terapia
140 Nutricional Enteral e Parenteral e Cadastramento/habilitação como Unidade de
141 Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral
142 para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, localizado no município de
143 Florianópolis/SC. Essas habilitações possuem pareceres favoráveis e já haviam
144 sido deliberadas ad referendum. O Ministério da Saúde não aceita mais
145 habilitação *ad referendum*, portanto, foi necessário repassar nessa reunião
146 essas habilitações já aprovadas.

147

148 **HOMOLOGAÇÕES**

149 **– Deliberações ad referendum:** Homologadas as Deliberações 076/CIB/2020:
150 Atualização dos leitos Clínicos e de UTI adulto e pediátrico para atendimento
151 Covid19 em Santa Catarina. Em anexo a Planilha com a especificação dos leitos
152 atualizados em 07/07/2020; 077/CIB/2020: Aquisição de arco cirúrgico para o
153 Hospital de Treze de Maio; 078/CIB/2020: Atualização dos leitos Clínicos e de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

154 UTI adulto e pediátrico para atendimento Covid19 em Santa Catarina. Em anexo
155 a Planilha com a especificação dos leitos atualizados em 10/07/2020;
156 079/CIB/2020: Conclusão de obra de Indaial; 080/CIB/2020: Recurso federal
157 solicitado pelo Município de Tijucas; 081/CIB/2020: Atualização dos leitos
158 Clínicos e de UTI adulto e pediátrico para atendimento Covid19 em Santa
159 Catarina. Em anexo a Planilha com a especificação dos leitos atualizados em
160 21/07/2020; 082/CIB/2020: PPI; 083/CIB/2020: ordem de serviço de Jacinto
161 Machado; 084/CIB/2020: Atualização dos leitos Clínicos e de UTI adulto e
162 pediátrico para atendimento Covid19 em Santa Catarina. Em anexo a Planilha
163 com a especificação dos leitos atualizados em 30/07/2020; 085/CIB/2020:
164 Atualização dos leitos Clínicos e de UTI adulto e pediátrico para atendimento
165 Covid19 em Santa Catarina. Em anexo a Planilha com a especificação dos leitos
166 atualizados em 03/08/2020.

167

168 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

169 **– TRS: Terapia Renal Substitutiva.**

170 Márcia Cansian, Secretária Municipal de Saúde de Botuverá, chama atenção
171 pela forma como foi colocado o assunto na Pauta: “*Que os municípios não são*
172 *favoráveis ao pagamento de complemento*”. Carlos Alberto Justo, Secretário
173 Municipal de Saúde de Florianópolis corrobora a fala de Márcia Cansian: ficou
174 mal a colocação na Pauta. Márcia Cansian cita que as Clínicas de TRS alegam
175 aumento de gastos com a Covid, mas, Márcia Cansian cita também, que o
176 estado e alguns municípios estão fazendo aporte em EPIs e outros insumos,
177 colocados na reunião da Câmara Técnica. Foi colocado também na Câmara
178 Técnica que alguns municípios fizeram aporte financeiro a essas clínicas. Márcia
179 Cansian chama atenção para a solicitação freqüente do aumento dos valores da
180 tabela SUS, mas, ressalta que aumento de tabela é de responsabilidade do
181 Ministério da Saúde. Fazendo pelo estado e municípios abrem precedentes para
182 os outros serviços. Márcia Cansian cita ainda, que na Câmara Técnica foi
183 sugerida uma avaliação jurídica para acréscimo de pagamento às clínicas de
184 TRS, pois não há como pagar complemento, incentivo ou subvenção às clínicas
185 privadas com recurso público. Manuel Del Olmo, Secretário Municipal de São
186 Bento do Sul, refere que concorda com a fala da Secretária Municipal de Saúde
187 de Botuverá. Que a questão não é querer pagar e sim a impossibilidade no
188 efetivo pagamento. Maristela Bisognin Santi Rocha alega que, além de não
189 dispor de recurso para esse pagamento adicional, há o fato da ilegalidade no
190 repasse. Que é muito difícil realizar esse repasse. Alexandre Fagundes,
191 Coordenador da CIB/Cosems, lembra que o pagamento às clínicas de TRS não
192 é uma preocupação somente da SES, mas também, é uma preocupação dos
193 municípios. Que vem de longa data e que piorou com essa pandemia. Seria
194 conveniente encaminhar conjuntamente uma política estadual para TRS ou uma
195 proposta para pagamento do pré-dialítico, recurso que vem sendo pleiteado
196 pelas clínicas. Aldo Neto, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, coloca
197 também os impedimentos jurídicos encontrados. Que a proposta do valor da
198 SES seria o pagamento às clínicas da TRS no valor de R\$ 61,00 por sessão de
199 hemodiálise durante 06 meses, até dezembro de 2020, pagamento temporário. E
200 que logo que passar essa pandemia, a SES fará o encaminhamento de uma



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

201 política ou uma solução permanente para a TRS. Conclui que a SES está
202 trabalhando para isso para resolver os problemas dessas clínicas. Por fim, Aldo
203 Neto, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, informa que estão nos ajustes
204 finais para colocar no site da SES, todos os recursos Covid, recebidos,
205 repassados e gastos. Serão disponibilizados os recursos gastos com
206 equipamentos, medicamentos, insumos e outros. Alexandre Fagundes,
207 Coordenador da CIB/Cosems, encerra a reunião e agradece a todos. Cita que
208 espera que a CIB continue esse espaço com divergências, mas que essas
209 divergências possam levar com as discussões a um consenso. Por fim, a
210 Secretária da CIB (Lourdes de costa Remor) coloca que fica agendada a
211 próxima reunião da CIB para o dia 20 de agosto de 2020, de acordo com o
212 calendário.

213

214 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
215 assinada por mim e pelos Coordenadores.

216

Florianópolis, 06 de agosto de 2020.

217

218

219

220

PRESENTES NO CHAT: Membros e não Membros da CIB.

221

SES

222

Aldo Neto - Secretário Adjunto de Estado da Saúde

223

Lourdes de Costa Remor - CIB

224

Carmem Delziovo - SPS

225

Grace Ella Bereanhauser - GECSA

226

Ramon Tartari - SUR

227

Helma Finta Uba - GEPRO

228

Marcus Aurélio Guckert - GEARS

229

Andre de Bastiane Lancini – SUR

230

Dulce Quevedo (SUG).

231

232

COSEMS

233

Alexandre Fagundes - COSEMS

234

Manuel Rodriguez Del Olmo - COSEMS

235

Simone Souza - COSEMS

236

Edson Medeiros - COSEMS

237

Fábio Souza - COSEMS

238

Priscila Meira - COSEMS

239

Carlos Alberto Justo da Silva - Florianópolis

240

Márcia Adriana Cansian - Vale do Itajaí

241

Acélio Casagrande - Criciúma

242

Ana Maria Groff Jansen - Consórcio CISNORDESTE

243

Katiuscia Graziela Pereira - Florianópolis

244

Daisson José Trevisol - Tubarão

245

Gigislene Müller Kirchner - Macro Criciúma

246

Edenice Reis Silveira - Florianópolis

247

Maristela Bisognin Santi Rocha - Chapecó



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

- 248 Claiton Camargo de Souza - Meio Oeste Serra
- 249 Dilce Salete Zenaro - Irani
- 250 Jean Rodriguês - Joinville
- 251 Helen Monteiro - Macro Criciúma
- 252 Kamile Sartori Beal - Meio Oeste
- 253 Leandro Zorzan - Concórdia
- 254 Marina Itamaro - Florianópolis
- 255 Rodrigo Andrioli - Joinville
- 256 Uiara Silva - Blumenau
- 257 Vanderlei Bati - Apoiador COSEMS
- 258 Deniz Evandro da Rocha - Dionísio Cerqueira
- 259 Maria Regina de Souza Soar: FECAM
- 260 Dirceu Antônio Perondi - Apoiador COSEMS
- 261 Gidião Barros - COSEMS
- 262